

Se houve escritor que exemplificasse quanto a literatura é comunhão entre os homens, desígnio transformador, apelo à justiça e nunca à intolerância, apelo ao convívio confiante e nunca ao sectarismo que escorre sangue, se houve escritor que mostrou quanto a libertação intelectual é indissolúvel da libertação social e por esta se bate, se houve, em suma, escritor 'humanista', esse foi Ferreira de Castro.

Fernando Namora

4

A Lã e a Neve: testemunho de um intelectual em tempos sombrios

Neste capítulo, nosso objetivo é mapear brevemente os principais acontecimentos da trajetória do escritor Ferreira de Castro em seu país de origem, após um período de quase nove anos no Brasil. Buscaremos compreender como se formou o intelectual engajado que se opôs constantemente ao Estado Novo português – regime que se consolidou a partir de 1933 e tentou legitimar-se pela aprovação de uma constituição por meio de um plebiscito fraudulento, no qual as abstenções, que chegaram próximo aos 50%, eram consideradas, por decreto do governo, como aprovações tácitas¹. O então Ministro das Finanças, desde 1928, Antônio de Oliveira Salazar, que ganhou prestígio por controlar as contas do país, conseguiu através da constituição, centralizar o poder em suas mãos, colocando-se acima dos outros poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), e conduzir o país para uma ditadura, que ficou sobre seu comando até 1968, depois sendo substituído por Marcelo Caetano até 1974. Nesse contexto, será investigada a dimensão política e social do romance *A Lã e a Neve* (1947), que foi escrito no auge do salazarismo.

4.1

Retorno a Portugal

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

Nos últimos meses de 1919, já de volta a Portugal, o jovem escritor Ferreira de Castro se encontrava numa situação difícil, pois, apesar de já ter obtido algum sucesso no Brasil, continuava totalmente desconhecido em sua terra natal. Como foi registrado pelos que se dedicaram a sua biografia, houve dias, nos anos de 1919 a 1922, em que Castro sequer tinha condições de comprar

¹ Cf. SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996, p.357. Segundo Saraiva, foram 5.505 votos contra, 580.379 a favor e 427.686 abstenções.

alimentos². No entanto, persistente como sempre, continuou a ler e a escrever, publicando, como *free-lance*, contos e reportagens em jornais e revistas³.

Nessa época, o autodidata Castro teve, de início, dificuldades em inserir-se nos meios literários lisboetas, uma vez que não tinha amigos que lhe abrissem os caminhos, e também pelo fato desses ambientes estarem, de um modo geral, restritos à burguesia acadêmica da cidade. Jaime Brasil comenta a respeito dessa atmosfera:

Nos Jornais de Lisboa, encontrava Ferreira de Castro a hostilidade que é de regra mostrar a todos os adventícios. Os cenáculos literários mantinham-se impenetráveis para esse rapaz pobre, desconhecido e concentrado. Era um anônimo, um homem-da-rua, na sua expressão pura e simples. Tão da rua que passava longas horas em caminhadas solitárias, pelas artérias excêntricas da cidade, a meditar nos problemas que o acaso das leituras desvendava ao seu espírito deslumbrado.⁴

A década de 1920 em Portugal continuava agitada por vários acontecimentos da década anterior. No contexto político, a República tinha sido proclamada em 1910, mas não havia conseguido promover as transformações esperadas pelos próprios republicanos, além da constante oposição dos monárquicos, da qual a ‘Revolta de Monsanto’ e a ‘Monarquia do Norte’, descritas no segundo capítulo, são exemplos significativos. Conturbações políticas que levariam o país em 1926, no golpe que ficou conhecido como o ‘28 de Maio’, a uma ditadura militar de sete anos apoiada pelos mais variados setores da sociedade portuguesa. Ditadura que criaria as condições propícias para o surgimento de Antônio de Oliveira Salazar, professor da Universidade de Coimbra, como o ‘salvador’ das contas públicas do país. Salazar, habilmente, consegue reunir as várias vertentes da direita em torno de seu projeto de ‘governo

² BRAZIL, Jaime. *Ferreira de Castro: a obra e o homem*. Lisboa: Editora Arcádia, 1961, p.39.

³ Cf. *Ibidem*: “... lia de tudo que podia: filósofos e poetas, romancistas e teóricos dos problemas sociais”.

⁴ *Idem*. P.38.

forte’ e instituir o Estado Novo, um “regime autoritário, corporativo, antiparlamentar e anticomunista”⁵.

No âmbito cultural, em 1915, é fundada a *Revista Orpheu*, considerada um marco do Modernismo português e liderada por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. No ano de 1919, surge o jornal *A Batalha*, de posição marcadamente anarco-sindicalista, no qual Ferreira de Castro ganharia uma coluna. Para alguns críticos, o jornal é o berço do movimento Neo-Realista, que eclodiria na segunda metade da década de 1930.

O primeiro livro de Ferreira de Castro editado em Portugal – uma coletânea de ensaios literários e sociais – recebeu o título de *Mas...* (1921). A obra, custeada pelo próprio autor, foi, nas palavras de Ricardo Antônio Alves, “o resultado duma vontade de afirmação irrefragável, até a penúria”⁶. Neste livro, para o estudioso, Castro inova da “pontuação à sintaxe”, demonstrando influências simbolistas e também do futurismo, mediante uma “prosa violenta, rebarbativa até a insolência”⁷.

A partir de 1923, o escritor alcança o reconhecimento da imprensa portuguesa, principalmente, devido ao sucesso da novela *Carne Faminta* (1922) – história de incesto ambientada na Amazônia – e ao ciclo de amígdalas, já alargado, que lhe permitem publicar em jornais e revistas, atingindo, por vezes, a soma assustadora de 100 textos escritos por mês. A partir daí, vêm a lume várias novelas: *Êxito Fácil e Sangue Negro* (1923); *A Boca da Esfinge* (escrito com Eduardo Farias) e *A Metamorfose* (1924); *Sendas de Lirismo e de Amor* e *A Morte Redimida* (1925); *A Peregrina do Mundo Novo*, *A Epopéia do Trabalho* e *O Drama da Sombra* (1926); *A Casa dos Móveis Dourados* e *O Vôo nas Trevas* (1927)⁸. Todas elas, somadas às publicações em Belém do Pará, são classificadas como pertencentes à primeira fase da obra castriana, notadamente marcada por uma necessidade de afirmação autoral, manifesta na busca do aprimoramento do

⁵ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, Sétimo Volume, Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 151.

⁶ ALVES, Ricardo Antônio. *Anarquismo e Neo-Realismo, Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século*. Lisboa: Âncora Editora, 2002, p.66.

⁷ Idem, p. 67.

⁸ Cf. Cronologia do Centro de Estudos Ferreira de Castro. <<http://www.ceferreiradecastro.org/?id=2.3>>. Acesso em: 11 de abril de 2010.

estilo literário. Essa produção atingiu seu ápice no ano seguinte (1928) com o lançamento do romance *Emigrantes*.

A partir do momento em que as portas da imprensa se abrem ao escritor, seu ciclo de amigos vai se ampliando. Nessa época conhece muitos escritores portugueses e chega a colaborar, em 1926, ao lado de Fernando Pessoa e Almada Negreiros, na revista *Contemporânea*, “mas seus caminhos cedo divergiram”⁹. Como explica Alves: “O seu problema, como afirmou repetidas vezes, consistia em não querer alinhar com aqueles que defendiam uma estética da sua modernidade, sendo normalmente ‘reacionários’, nem com os companheiros politicamente ‘avançados’, mas académicos no gosto”¹⁰. Castro, portanto, se afasta da revista *Contemporânea*, na opinião do crítico, menos “por opção estética” do que “por razões ideológicas”¹¹.

No âmbito da vida particular, Castro casou-se, em 1927, com a escritora Diana de Liz, com quem viveu poucos, porém intensos, anos, – o romance *Eternidade* (1933) é inspirado nessa experiência amorosa –, como notou Óscar Lopes: “o livro [...] tem muito a ver com o que se passa com ele: na dor de luto da morte de Diana de Liz”¹².

Com a morte de Diana, em 1930, Castro entra em depressão e é acometido por uma septicemia. Após a sua recuperação, compila e publica, em 1931, a primeira novela de sua esposa, *Pedras Falsas*¹³. A segunda é publicada no ano seguinte. A dimensão da sua dor pode ser percebida neste pequeno trecho do prefácio de as *Memórias duma Mulher da Época* (1932):

Assim, logo que a enfermidade física me deixou, os meus olhos úmidos e as mãos tremulas percorreram os teus papéis, ao ritmo acelerado do coração que eu martirizava. Hoje, cumpro, apressado, uma das razões que, naquela manhã patética e inolvidável, me prendiam à vida. Cumpro, apressado, receando que a vida possa de novo atraí-lo-me – e definitivamente – como atraí-lo a ti.

⁹ ALVES, op. cit., p.63.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² OSCAR, Lopes. Em torno do realismo social. In: *Vértice*, nº 75/ Dezembro de 1996, p. 8.

¹³ Cf. BRASIL, op. cit., p.140.

Está aqui o teu segundo livro, amor. Se a morte vier, já só encontrará em mim esta ânsia de ver o homem redimido das iniquidades que ele próprio criou, pois das dores da existência será menos fácil a redenção.¹⁴

Em 1934 é lançado *Terra Fria*, que marca, segundo Alves, outra fase da obra de Ferreira de Castro, já destituída de cunho autobiográfico¹⁵. Este romance, para Óscar Lopes, “alcança uma densidade muito maior de vida e de ambiência social-regional”¹⁶.

Após *Terra Fria*, Castro começa a trabalhar em *O Intervalo*, ficção baseada na cobertura da(s) Constituinte(s) da II República espanhola e da Revolta da Andaluzia, em 1931, as quais testemunhara como enviado do jornal *O Século*¹⁷.

Em 1936, termina *O Intervalo* e um drama que escreveu para o Teatro Nacional, intitulado *Sim, uma dúvida basta*. Após ter a peça censurada pelo despacho governamental de quatro de março daquele ano¹⁸, decide mandar o romance ambientado na Espanha – que lhe custara dois anos e meio de trabalho¹⁹ – para a gaveta, onde permaneceria por longos anos. Ainda no mesmo ano, já afastado do jornalismo, Ferreira de Castro decide não mais escrever para a imprensa portuguesa enquanto houvesse censura e promete para si que só retornaria “se a liberdade regressasse também”²⁰:

Sempre liado à esperança de recuperarmos a liberdade de pensamento, eu ignorava ainda, ao esvaziar emocionadamente as gavetas da secretária onde trabalhava no “Século”, que seria o fim do meu jornalismo profissional aquela tarde de amargura cinzenta.²¹

¹⁴ Cf. Biblioteca Virtual de Literatura. In: *Obras de Diana de Liz*. <<http://www.biblio.com.br/conteudo/Diana%20de%20Liz/antes/moldura.asp>>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

¹⁵ Ver ALVES. *No País do Medo*. In: ALVES, op. cit., p.262.

¹⁶ SARAIVA, António José; LOPES, Oscar,. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. corr. e actual. - [Porto, Portugal]: Porto Editora, 1996, p. 1026.

¹⁷ Cf. A Revolta da Andaluzia e *O Intervalo*. In: ALVES, op. cit., p. 34-49.

¹⁸ Cf. Cronologia do Centro de Estudos Ferreira de Castro. *Ibidem*.

¹⁹ Cf. CASTRO, Ferreira. *A posição do escritor perante a Censura segundo Ferreira de Castro*. Diário de Lisboa, 17 de novembro de 1945. <<http://www.ceferreiradecastro.org/?id=2.1.3>> . Acesso em 9 de Abril de 2010.

²⁰ CASTRO, Ferreira. “Origem de ‘O Intervalo’”. In: *Os Fragmentos*. Lisboa: Ed. Guimarães & C.ª, 1974, p.74.

²¹ *Ibidem*.

Como a liberdade só veio em 1974, o escritor já estava com a idade avançada e não teve tempo hábil para retornar ao jornalismo. Castro morreu cerca de dois meses depois da Revolução dos Cravos, o ‘25 de Abril’ que pôs fim ao regime fascista que perdurou cerca de 41 anos sob o signo de Estado Novo e 48 anos desde instalada a ditadura militar em 1926, que extinguiu a República.

O momento de indecisão a respeito da publicação de *O Intervalo* é relatado pelo escritor em *Os Fragmentos* (1974):

Semanas após semanas, as árvores da Avenida da Liberdade, minhas confidentes desde a juventude, viram-me passar de cabeça baixa, hesitante e meditativo, mais uma vez torturado pelo livro maldito. Eu enredara-me num dilema, nenhuma das soluções me comprazia.²²

Além do rigor da censura naquele momento, restava em Castro a suspeita de que o regime totalitário português pudesse servir-se das críticas contidas no livro à República Espanhola. Na década de 1950 surge uma oportunidade de publicação, mas o autor resolve esperar ainda mais. Ricardo António Alves destacou sobre este romance:

O romance é fortemente crítico do regime republicano espanhol. Publicá-lo nesses anos em Portugal, se lho fosse consentido, ou no estrangeiro – o que seria possível, sobretudo em França, onde gozava já de grande popularidade –, poderia dar azo a más interpretações. Embora essa atitude crítica se exerça obviamente pela esquerda, Castro não quis contribuir para depreciar a República quando ela era vista como um oásis de liberdade numa Península Ibérica subjugada pelo autoritarismo.²³

Alves informa que *O Intervalo* fazia parte de um projeto ainda maior do escritor, que seria uma “Biografia do Século XX” romanceada, na qual Ferreira de Castro desejava se aprofundar em vários conflitos do século XX²⁴ e nas ideias dos homens que visavam “a sua emancipação, através dos combates e dos

²² Idem, p.82.

²³ ALVES, op. cit., p.43.

²⁴ O escritor confessou que pretendia “esboçar a epopeia de todas as correntes proletárias, sem exceção alguma”. In. CASTRO, op. cit., p.80.

movimentos políticos que lhes deram forma”²⁵. Pretendia, com isso, “dar voz àqueles que estavam arredados da historiografia, às lutas populares e ideológicas, rejeitando desta forma a historiografia oficial ou mitográfica das grandes figuras que então se praticava”²⁶.

Vale lembrar que o drama *Sim, uma dúvida basta* somente veio a público em 1994.

Durante a sua estada no Estoril para a confecção do “livro maldito”, Ferreira de Castro conhece a pintora espanhola Elena Muriel, com quem se casou em 1938 e teve sua única filha. A partir de então, dedica-se às suas obras de viagens, já que não podia, por causa da ditadura portuguesa – que perseguia os escritores que não escrevessem conforme os parâmetros conservadores da ‘boa moral’, para a manutenção da disciplina perfeita e para o imobilismo social radicado no lema “Deus, Pátria e Família” –, debruçar-se sobre o já mencionado projeto “biográfico” do século XX. Dessa fase de afastamento da ficção, destacam-se os livros *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937) e *A Volta ao Mundo* (1944); o último foi resultado da viagem que fez com sua esposa, em 1939, custeada pelo diário carioca *A Noite* e por adiantamentos advindos de suas obras ilustradas, pedidos ao editor²⁷.

O escritor, sentindo-se oprimido pela ditadura, decide escrever um romance sobre um caso de adultério: *A Tempestade*, que vem a público em 1940. Em entrevista, Castro tece o seguinte comentário sobre esta narrativa: “decidi escrever um romance que fosse publicável sem ter de sofrer a censura. [...] É uma dessas obras que se fazem quase com raiva para [sic] a própria obra, por não ser aquela que desejamos fazer”²⁸. Apesar da postura do autor diante de sua obra, Óscar Lopes ressalta que o romance *A Tempestade* possui “uma compreensão das

²⁵ Op.cit., p. 37

²⁶ Ibidem.

²⁷ Cf. BRASIL, op. cit., p.147.

²⁸ CASTRO, Ferreira de. Entrevista ao Diário de Lisboa. *A posição do escritor perante a Censura segundo Ferreira de Castro*. Sábado, 17 de novembro de 1945. In:<<http://www.ceferreiradecastro.org/?id=2.1.3>> Acesso em: 20 de abril de 2010.

chamadas infidelidades femininas que talvez nenhum outro ficcionista português patenteara”²⁹.

Apesar da obra de Ferreira de Castro ter sofrido muitas proibições por parte do governo fascista, a sua atitude de intelectual³⁰ sempre se manteve inabalável, como veremos no tópico a seguir.

4.2 O intelectual e sua missão

A adversidade faz-me muitos. De repente, deixo de existir como indivíduo solitário que sou, e passo a fazer parte de um contingente humano numeroso. E o que exprimo, pela adversidade, sei que é compreensível – ainda que pouco apreciado – por todo contingente de leitores. Perco minha identidade, todos perdem a sua identidade, enquanto sonho com uma humanidade homogênea e sem diferenças. Convivo com a adversidade como convivo com meu povo. Machucado, pisado. Dolorido. É ela que explica estas marcas que me castigam e amargam de fel a minha existência.

Graciliano Ramos, por Silviano Santiago

Como vimos no primeiro tópico, Ferreira de Castro, ainda em sua juventude, ao se distanciar de intelectuais “reaccionários” ou “academicistas”, demonstra, como característica marcante na sua trajetória, a de procurar ser independente dentro da oposição, revolucionário em suas opiniões e democrático em suas relações. É com esta postura que o escritor demarca a sua passagem pelos ‘anos de chumbo’ da história portuguesa do século XX, nunca tendo aderido a nenhum partido ou ocupado cargos públicos, os quais, de alguma maneira, poderiam desviá-lo de suas convicções a respeito da emancipação humana. Entretanto, isso nunca o impossibilitou de ser solidário com os companheiros que tinham outras convicções políticas, como o prova o testemunho do crítico neo-realista Óscar Lopes:

²⁹ SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. loc. cit.

³⁰ No sentido que a Modernidade deu ao termo, como explica Augusto Santos Silva no ensaio *Podemos dispensar os intelectuais?*, concernente “(à) intervenção social, cívica e política” e com coerência em relação aos lugares, histórias e lógicas do campo cultural no qual esse indivíduo está inserido. Cf. SILVA, Augusto Santos. “Podemos dispensar os intelectuais?” In: *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Só não posso deixar de testemunhar perante a memória, hoje tão injustamente esquecida de Ferreira de Castro, a minha gratidão pelo sacrifício que fez em 1936-1938 quando, inteiramente à sua custa, se prontificou a pagar a sua estadia num hotel do Porto, para servir de testemunha num julgamento iníquo de 53 indivíduos, com a duração de vários meses, que, de qualquer maneira, deram a sua fé ao direito de pensar e escrever livremente, e que nem sequer eram necessariamente correligionários.³¹

Essa independência conquistada por seu trabalho e suas convicções, somada ao fato de nunca ter se filiado ao PCP – Partido Comunista Português –, são apontados, por alguns estudiosos, como possíveis causas do “esquecimento” crítico dirigido à sua obra após a Revolução dos Cravos. Como aponta Eugênio Lisboa, em prefácio intitulado “Aprofundar Ferreira de Castro”:

[O] autor de *A Lã e a Neve* foi uma personalidade de uma insubornável independência, ainda quando aparentemente suavizada por uma fraterna doçura que todavia se não deixava vergar. Opositor intemerato ao regime de Salazar, Ferreira de Castro não cedeu nunca, por outro lado – pecado difícil de digerir – ao canto da sereia dos adeptos do partido comunista ou suas adjacências. Anarco-sindicalista convicto, Castro, [...], abria-se de modo exemplar, nas suas amizades, a um vasto espectro de outras tendências, mas não abdicava do seu singular ideal libertário. Rejeitando quase instintivamente tudo quanto lhe parecesse atentado à liberdade, tudo quanto “cheirasse” a “demasiado governo”, o criador do negro Tiago de *A Selva* dificilmente se deixaria subjugar por ideários políticos que, no fundo, visavam substituir uma forma de opressão por outra forma de opressão. Isto mesmo, que o deveria tornar um admirável ícone para os que dizem amar a liberdade, terá sido causa submarina de algum desleixo crítico, de outro modo menos explicável.³²

Entretanto, podemos destacar outro aspecto de ordem cultural, no âmbito da crítica literária, que talvez tenha mais relevo do que o apontado na opinião do crítico português. O fato de as décadas 1960 e 1970, tanto em Portugal como no Brasil, serem marcadas por mudanças de perspectiva em relação ao fazer literário, à crítica e ao ensino da literatura.

Nessa época a crítica da produção literária passa por um processo de radicalização do valor da dimensão experimental da linguagem, ou melhor

³¹ OSCAR, Lopes. *História da Literatura Portuguesa: As correntes contemporâneas*. V.7. Publicações Alfa: Lisboa, 2002, p.127.

³² LISBOA, Eugênio. *Aprofundar Ferreira de Castro*. Prefácio do livro de Ricardo Antônio Alves, op. cit. p.9

dizendo, da literariedade, que repercutiria nas décadas posteriores. O texto literário passa a ser valorizado principalmente como um local de reflexão e especulação sobre a sua própria constituição. A crítica, uma boa parte influenciada por uma leitura formalista e estruturalista, dedica-se a uma análise mais restrita à textualidade da obra em detrimento de aspectos histórico-culturais. A perda de espaço das análises com vocação mais contextual e sociológica, especialmente da crítica marxista, fez com que obras de autores que privilegiaram o engajamento político na confecção de suas produções, recebessem uma desvalorização por parte dos estudos acadêmicos. O mesmo fato acontecendo em relação a escritores que conquistaram um grande público leitor, justamente pelo seu investimento na comunicabilidade – na recepção ampla – da obra literária. Essa retração da crítica à literariedade está articulada à idéia de autonomia radical da arte tão presente como modo de avaliação na modernidade estética. A propósito, para lembrar Néstor Garcia Canclini, ao retomar Pierre Bourdieu, a partir da luta pela apropriação de um determinado capital cultural se afirma a crença na autonomia da arte e esta passa a figurar como fator de distinção social:

A diferença entre forma e função, indispensável para que a arte moderna tenha podido avançar na experimentação da linguagem e na renovação do gosto, duplica-se na vida social numa diferença entre os bens (eficazes para a reprodução material) e os signos (úteis para organizar a distinção simbólica). As sociedades modernas necessitam ao mesmo tempo da *divulgação* – ampliar o mercado e o consumo dos bens para aumentar a margem de lucro – e da *distinção* – que, para enfrentar os efeitos massificadores da divulgação, recria os signos que diferenciam os setores hegemônicos.³³

A crítica Olímpia Ribeiro Santana, no ensaio “A Selva – após a ruptura com o silêncio”, aponta, justamente, fatores de ordem histórico-cultural para o “esquecimento” do romance castriano. Para a pesquisadora, a obra de Ferreira de Castro obtém maior êxito entre as décadas de 50 e 70, justamente quando há um fortalecimento do marxismo na Europa, alcançando uma “fase brilhante”³⁴. Ainda

³³ CANCLINI, Nestor Garcia. Das utopias ao mercado. In: *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.32.

³⁴ SANTANA, Olímpia Ribeiro. A selva – após a ruptura com o silêncio. In: *Actas do Congresso Internacional dos 75 anos de A Selva*. Ossela, 2007, p.119.

para Santana, após o fim da ditadura salazarista, há mudanças nos paradigmas do fazer literário, incorporadas ao ensino da literatura:

Assim, leva-se a termo novas estruturas discursivas e temáticas. O texto passou a ser tratado como uma trama de signos, um tecido de referências, uma teia de códigos. Uma polissemia cultural, histórica e política. O diálogo intertextual provocou a ruptura com um sentido único. Quando dizer já não é proibido, a ficção literária tenta entender os seus propósitos, identificando o seu campo.³⁵

Como explicou Olímpia, muitos autores voltaram a sua arte para construção de textos escrevíveis, nos quais não se deseja, a princípio, passar uma mensagem clara e direta. Pelo contrário, há uma exigência maior da participação do leitor como um criador de significações.

Nos últimos anos, entretanto – com o advento da influência da Crítica Cultural, composta por inúmeros pensadores cujas análises se voltam à tentativa de compreender os complexos mecanismos que regem a vida social, o nexos entre literatura e relações de poder ou entre literatura e política, com a percepção de que a literatura constitui um objeto rico de possibilidades, dada a sua dimensão cultural e, ainda, com a necessidade de repensar parâmetros anteriores de leitura crítica que se restringiam à análise de significantes –, há uma retomada da atividade crítica sobre a obra castriana, como comprovam algumas dissertações de mestrado e colóquios internacionais³⁶. Além disso, o público continua a lê-la, como atestam as sucessivas edições em Portugal³⁷ e os lançamentos mundo afora, inclusive nos países do extremo Oriente, como o Japão, onde foi lançada, em 2001, uma edição traduzida de *A Selva*.

Atualmente, existe um movimento em direção à releitura do neo-realismo português, uma reapreciação do papel e lugar ocupado por esse movimento

³⁵ Idem, p.125.

³⁶ Destaque para o “Congresso Internacional *A Selva*: 75 anos” (2005) e o que se realizou em maio deste ano, promovido pela Universidade Nova de Lisboa, intitulado “Ferreira de Castro e a Emigração Ontem como Hoje” (2010).

³⁷ Ricardo Antônio Alves informa que *A Selva* vendeu mais de um milhão de exemplares, sendo sua última edição em Portugal a 40ª (2006). O crítico ainda diz que há “sucessivas reedições de toda a obra” no país luso. Cf. op. cit. p. 14.

literário e seus intelectuais durante o século XX³⁸. Não é nossa proposta voltarmos para as questões intrínsecas ou extrínsecas ao movimento, mas ao elegermos um escritor que, de alguma forma, por antevisão ou por afinidade, partilha de ideais políticos e estéticos dos neo-realistas também contribuimos para repensar a obra de Ferreira de Castro e o seu papel na literatura portuguesa.

Ferreira de Castro, como outros escritores seus contemporâneos, teve o seu projeto artístico dilacerado pela censura. Numa entrevista de larga repercussão, concedida ao *Diário de Lisboa* em 17 de novembro de 1945 e intitulada de “A posição do escritor perante a Censura segundo Ferreira de Castro”, relata, com grande angústia, o quanto sua obra foi prejudicada. Destacamos, a seguir, um trecho dessa entrevista. Pela importância do testemunho, que reflete toda a indignação do autor no que tange àqueles tempos sombrios, justifica-se a longa citação:

Até 1935, os censores, embora intervindo, de quando em quando, na literatura, faziam-no sobriamente. Daí em diante, porém, escrever um romance em Portugal era uma espécie de auto-suplício, desde que não se tivesse a mentalidade da situação dominante. E a verdade é que a grande maioria dos romancistas portugueses não a tinham nem a tem. Para escrever conforme os cânones da censura, o romancista devia fingir ignorar todas as grandes inquietudes do homem do nosso tempo e escrever uns romances convencionais, deslocados da sua época, uns romances sujeitos a tantas restrições, que seria fastidioso enumerá-las todas aqui, tanto mais que elas são bem conhecidas. Escrever assim é uma verdadeira tortura. *Porque o mal não está apenas no que a censura proíbe, mas também no receio do que ela pode proibir.* Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho – e essa invisível, incorpórea presença tira-nos toda a espontaneidade, corta-nos todo o *élan*, obriga-nos a mascarar o nosso pensamento, quando não a abandoná-lo, sempre com aquela obsessão: «Eles deixarão passar isto?». Acontece, às vezes, que nós nos sentimos puerilmente ricos, compensados de todos os esforços, só porque encontramos um conceito original, uma frase de bom talhe, uma cena bem traçada. Vamos, depois, a reler e verificamos que temos de nos despojar dessa pequena riqueza literária, que constitui a verdadeira recompensa de quem escreve, porque ela entrou, mesmo sem o querermos, em domínios proibidos. E – zás – toca a cortar, a substituir, a mastigar, a estragar! Eu não desejo aos que têm ideias diferentes das minhas, e que escrevem, uma tortura como esta que tem sido infligida aos escritores que não pertencem à actual situação política.³⁹

³⁸ GUSMÃO, Manuel. “O neo-realismo literário em Portugal”. In: *Vértice*, Dez 1989, p. 7.

³⁹ CASTRO, loc. cit. Grifo nosso.

Esta entrevista tem importância crucial para o desenvolvimento deste tópico, no qual detectamos, por meio de um feixe de textualidades, a postura de intelectual atuante, que foi assumida pelo escritor. Em consonância com os ideais que aprendera ainda muito jovem, seja com os livros – alguns, possivelmente, lidos na biblioteca de Belém do Pará – ou no contato com as associações de trabalhadores do Brasil e de Portugal, Ferreira de Castro não abdicou da condição de homem consciente do seu tempo e das mazelas da sociedade na qual vivia, nutrindo sempre o ideal de um mundo justo, colhido em grande parte nas ideias socialistas e anarquistas e perseguido até o dia de sua morte.

No pórtico do seu romance *O Intervalo*, o escritor utiliza um recurso de “apagamento” da sua autoria quando dá voz à personagem de Alexandre Novais, cujo apelido era “O Século XX”⁴⁰, enviando-lhe cadernos nos quais narrava parte da sua vida e do conflito na Andaluzia para apreciação e publicação. Neste livro se perceberá uma comunhão entre os ideais de Alexandre Novais e do próprio Ferreira de Castro: “Você encontrará muitas influências dos seus livros, que um camarada português me enviou e foram as minhas únicas distrações em várias cadeias durante meses infintos”⁴¹. Com essa confissão, não seria descabido dizer que Ferreira de Castro utiliza do seu personagem, já no crepúsculo de sua vida, quando compila e refaz *O Intervalo*, para falar de si mesmo:

Toda a minha vida consciente fora norteada por aquela ideia: “Tu não te pertences!” “Tu não te pertences!” Mal espigara em adolescência, a frase, colhida no convívio dos camaradas, nos comícios das associações, nas brochuras vermelhas lidas sofregamente, instalara-se no meu espírito, apossara-se de mim, orientando-me os movimentos. Quase todos nós, fôssemos espíritos elementares ou já colhêssemos alguns frutos nos pomares do alfabeto, obedecíamos a igual crença. Não nos pertencíamos a nós, mas ao nosso ideal, aos espoliados, à Humanidade que sofria, à criação dum mundo novo, onde a justiça estivesse de pé, a colmeia vivesse em igualdade e o amor aplainasse a obra feita, durante um ror de séculos, por construtores de abismos.⁴²

Como visto no trecho acima, apesar da não-filiação de Ferreira de Castro ao PCP, há referências em sua obra que remontam ao ideário marxista,

⁴⁰ CASTRO, op. cit., p.6.

⁴¹ Ibidem.

⁴² CASTRO. *Os Fragmentos*, 1974.

evidenciando sua proximidade com ideais norteadores do comunismo, como a necessidade de se doar aos espoliados, isto é, a dedicação à luta por construir uma sociedade nova, por criar um mundo novo no qual a igualdade e a justiça sejam valores que guiem as ações humanas.

Na entrevista citada anteriormente, o escritor reafirma sua opinião a respeito do totalitarismo salazarista, denunciando a violência imposta pelo regime fascista aos escritores e à sociedade de um modo geral – impondo-lhes o fim da liberdade associativa, da liberdade de expressão, das manifestações, além de instaurar o policiamento aos direitos dos cidadãos, entre tantas outras medidas – querendo, a qualquer custo, manter-se numa posição inquestionável, ou melhor dizendo, objetivando extinguir a oposição ao regime:

Naturalmente, durante anos, eu, como todos quantos escrevem nos jornais, vi numerosos artigos meus cortados. Uma vez, cheguei a escrever três artigos sobre o mesmo assunto – sobre o Natal – e todos foram proibidos, porque neles eu aludia aos pobres que, nessa noite, tinham frio. Chega a parecer inverossímil, pelo que há de ingénuo nisto, que as esferas oficiais houvessem deliberado fazer acreditar o país e o estrangeiro que em Portugal ninguém tinha frio, nem fome, nem miséria, que havia portanto, um Portugal que nós não víamos em parte alguma e que era diferente daquele que nós víamos todos os dias e em toda parte.⁴³

Durante os anos em que desenvolveu a sua carreira jornalística, Ferreira de Castro apresentou-se sempre como um homem consciente da necessidade de desempenhar um papel em prol da coletividade, tendo diversas vezes, como confessou, recusado-se a escrever sobre assuntos que iam contra o ideário socialista. Em carta irônica aos escritores Bento de Jesus Caraça e José Rodrigues Miguéis, que o criticaram anonimamente no jornal o *Globo*, o escritor rebate as críticas: “nos jornais e revistas onde tenho trabalhado, também nunca escrevi uma só linha que pudesse contrariar as ideias que finjo ter. Quando por qualquer motivo não as posso defender, falo de outra coisa...”⁴⁴. Assim como no jornalismo, Castro passou a desenvolver outros assuntos em sua obra autoral, recorrendo às narrativas de viagens, porque não se sentia livre para escrever seus

⁴³ CASTRO, loc. cit.

⁴⁴ Apêndice Epistolográfico. In: ALVES, op. cit. p.171,

romances. Diante da violência do controle do Estado ditatorial, Castro tinha a consciência de que não poderia realizar-se inteiramente como romancista:

Eu declaro aqui, com uma melancolia enorme, que só pode ser compreendida por outros escritores, que a minha obra literária foi irremediavelmente prejudicada pela existência da censura e que, mesmo vindo agora a liberdade, eu já não poderei recuperar o tempo perdido. Os assuntos que mais me empolgaram, aqueles em que eu poderia realizar completamente a minha personalidade, fui-os abandonando sucessivamente, por não serem compatíveis com as instruções a que a censura obedecia. A satisfação de descobrir o argumento dum romance sucedia sempre o desespero de ver que não o podia tratar.⁴⁵

No decorrer do conhecido caso Dreyfus, no final do século XIX, o escritor Émile Zola veio a público explicitar sua posição a favor do militar judeu condenado injustamente, com uma carta publicada no jornal *L'Aurore* intitulada *J'accuse* (Eu acuso!). Na época, a maioria da população da França acreditava na culpa de Dreyfus. Entretanto, Zola não se intimidou e publicou a carta. O envolvimento do escritor no caso resultou em sua condenação a um ano de prisão e numa morte por asfixiamento pouco explicável, como nos relata Nicholas Halasz no livro *O julgamento do Capitão Dreyfus: a história de uma histeria coletiva* (1955): “O certo é que Zola morreu em consequência do temor, tipicamente francês, do frio ar noturno; porém se isso foi acidente ou foi proposital, é coisa bastante difícil de responder em nossos dias.”⁴⁶

Com a intervenção de Zola a favor do capitão Dreyfus, foi possível mobilizar uma minoria do povo francês, composta principalmente por intelectuais, mas, sobretudo, chamou a atenção da comunidade internacional para o fato – de reis a plebeus, cidadãos comuns a ministros de Estado, jornais e partidos políticos⁴⁷. Zola conseguiu, ao denunciar a arbitrariedade do julgamento do capitão, pôr em destaque um dos papéis destinados ao intelectual moderno: estar sempre a favor da justiça e se pronunciar contra o que fere os seus princípios. A esse respeito, destacamos as palavras de Anatole France sobre Zola:

⁴⁵ CASTRO, loc. cit.

⁴⁶ HALASZ, Nicholas. *O julgamento do Capitão Dreyfus: a história de uma histeria coletiva*. Trad. Maria Lúcia Pessoa de Barros. São Paulo: Ed. Prometeu, 1955, p. 262.

⁴⁷ Cf. Idem, capítulos XVII e XVIII, principalmente.

Ouvistes os gritos de cólera, as ameaças de morte que seguiram Zola até o Palácio da Justiça quando se realizou aquele julgamento... aquele julgamento que foi concluído em deliberada ignorância, e que se baseou no perjúrio e no poder do sabre.

Naqueles dias oprimidos pelo crime, os bons cidadãos perderam a esperança no destino da nação, no destino moral da França... A justiça, a honra, o espírito... tudo pareceu perdido.

Porém tudo se salvou. Zola descobriu não só um erro da justiça. Revelou ainda a conspiração de todas as forças da violência e a supressão conjuradas para matar a justiça social, a idéia de república e o espírito livre da França. Suas valentes palavras despertaram a França do seu sono.⁴⁸

Assim como Zola, o autor de *Terra Fria* sabia que seu dever social existia para além de sua existência individual. Desse modo, utilizou a sua influência como intelectual para denunciar a opressão sofrida por escritores e cidadãos. Neste sentido, tanto a voz quanto a caneta do escritor, sempre que julgou possível, combateram o estado antidemocrático que vigorava em seu país. O seu discurso era sempre dirigido, em viés crítico, aos opressores que, durante anos, se perpetuavam no poder, como observamos no relato em que ele aponta como culpados pela repressão aos escritores não apenas os censores, mas o próprio sistema ditatorial, colocando em xeque a figura maior do regime: Salazar. Observemos um trecho:

Eu não os conheço, nunca transpus a porta do edifício onde eles trabalham, nunca pedi favor algum. Mas eu não ficaria bem com a minha consciência se não fosse justo, se não dissesse que a culpa não é deles. A culpa é de quem os manda e do sistema que nos governa⁴⁹.

Sua escrita esteve sempre comprometida com o ideário marxista de uma sociedade sem classes, voltada àqueles que eram explorados, como revela o próprio escritor numa carta de 1953 dirigida a Fernanda de Castro, esposa do seu ex-amigo Antônio Ferro, do qual Ferreira de Castro havia se afastado ao descobrir que este assumira o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Fernanda pedia a Castro que escrevesse um artigo sobre a revista que ela lançava na época:

⁴⁸ Idem, p.264.

⁴⁹ CASTRO. Entrevista, Loc. cit.

Realmente o meu ponto de vista é bastante diferente do seu, o que me impede de escrever as palavras que V. deseja sobre a revista. A discordância começa pelo título ‘Bem Viver – Revista dos Lares Felizes’ – num país onde quase toda a gente vive muito mal. Não pertenço a nenhum partido, sou um escritor inteiramente independente; em todo o caso tenho um ‘*engagement*’ desde a adolescência e de man[e]ira bem profunda; e esse ‘*engagement*’ é justamente com os lares infelizes, que constituem a absoluta maioria do panorama humano português.⁵⁰

No ensaio “A escrita de si”, Michel Foucault, ao analisar a correspondência de Sêneca como uma forma de constituição do homem da Antiguidade Clássica, ressalta a importância das cartas para o escritor como “uma maneira de se treinar”⁵¹. Desta forma, Sêneca, ao aconselhar seu amigo Marulo, cujo filho tinha falecido, preparava-se para as eventualidades às quais se destinavam seus conselhos. Por isso, Foucault ressalta que as cartas são um caminho de mão-dupla, pois quem ensina também aprende: “a correspondência [...] é algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros”⁵².

Sêneca enviava uma cópia das cartas para Lucílio, criando, assim, uma tríade em torno das correspondências: escritor, aconselhado e leitor. A escrita das cartas servia, para “ajuda[r] o destinatário, arma[r] o escritor – e eventualmente os terceiros que a leiam”⁵³.

Mesmo sabendo que Ferreira de Castro foi um homem moderno, muito distante de Sêneca e de toda Antiguidade Clássica, é possível fazer uma analogia entre seus textos e a ideia da correspondência expressa por Foucault em relação aos antigos. Sendo o nosso foco – nas cartas, reportagens e diversos textos de Castro trazidos para esta dissertação – menos voltado à percepção da formação de subjetividade, tópico que levou Foucault à Antiguidade, do que à construção do autor por meio de seus rastros. Consequentemente, perceber-se-á, através dessas

⁵⁰ Apêndice Epistolográfico. In: ALVES. op.cit. p.192-194.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”. In: *O que é um autor?*. Lisboa: Ed. Passagens, 2002, p.147

⁵² Ibidem.

⁵³ Idem, p.148.

textualidades, as atitudes do homem, que ajudam, sem sombra de dúvidas, na consolidação do artista. Ao trazermos algumas correspondências de Ferreira de Castro, podemos viabilizar a tríade descrita, anteriormente, colocando-as à disposição do terceiro elemento: o leitor.

Na mesma carta a Fernanda de Castro, o escritor explicita à esposa do criador da “política de espírito” do Estado Novo porque se afastou dele e de sua família:

Afastei-me do seu marido, decidi afastar-me dele, quando ele se tornou um elemento governamental – e enquanto for uma personagem oficial – como me tenho afastado sistematicamente, de todos os elementos do governo; lamentei muito que as suas ideias o tivessem levado por um caminho tão diferente do meu e lamentei isso porque lhe tinha amizade.⁵⁴

Oito anos antes da carta enviada a Fernanda de Castro, em 1945, o escritor ajudou na refundação do Movimento de Unidade Nacional Antifacista (MUNAF), que reapareceu sobre a designação de MUD – Movimento da Unidade Democrática, participando como um dos integrantes da Comissão Consultiva do movimento⁵⁵. Num dos comícios do MUD, o escritor bradava mais uma vez contra a opressão do Estado:

O homem constrange-se e busca fórmulas hipócritas, quer a escrever, quer a falar . Ele pensa uma coisa e diz outra ou emudece quando o seu desejo seria gritar. E porque isso o humilha na sua condição de homem, porque isso o indigna, criam-se, então, no grande silêncio, baixos sentimentos, os mais largos despeitos e os mais terríveis ódios. Já não se fala; ou se cala ou se murmura num tom de seminarista...⁵⁶

Ferreira de Castro apoiou, em 1949, a candidatura de Norton de Matos à presidência da República⁵⁷, que contava com o apoio de praticamente todas as forças de oposição ao regime. Alguns historiadores apontam a candidatura de

⁵⁴ Apêndice Epistológico, loc. Cit.

⁵⁵ Cf. ALVES, op. cit, p.264.

⁵⁶ Apud ALVES, Idem, p.265

⁵⁷ Ver Cronologia, op. cit.

Norton como o desfecho da primeira grande crise que o regime fascista português viveu depois da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Nessa época, a oposição organizava grandes comícios em todo o país, aproveitando um certo “abrandamento na repressão a nível interno”⁵⁸. Entretanto, depois da desistência de Norton – ao perceber que não havia condições propícias para a realização das eleições –, o governo de Salazar aumenta a sua ação no combate aos opositores e mergulha o país numa nova fase de repressão⁵⁹.

A partir da década de 50, com o agravamento da censura, Ferreira de Castro, como já dissemos, passa a ambientar suas obras fora de Portugal. É nesse contexto que surgem romances como *A Curva da Estrada* e *A Missão*, que tem como cenários, respectivamente, a Espanha e a França. Contudo, a sua postura de oposição ao regime fascista não cessa. Como exemplo disso, podemos citar o jantar que ele organizou para Jorge Amado no aeroporto de Lisboa, em 1953.

Amado estava proibido de entrar em Portugal por ser um escritor “maldito”, de modo que só lhe fora permitida a permanência de uma hora na sala de espera do aeroporto. O escritor pediu ao amigo Ferreira de Castro que fosse encontrá-lo, com o intuito, não revelado, de convencê-lo a aceitar o Prêmio Mundial da Paz. Castro articulou-se com vários artistas e organizou o jantar, mesmo sabendo que desagradaria a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política portuguesa, e emocionou o amigo, que classificou a atitude como uma “ação de luta contra o salazarismo no apogeu”:

Fora encarregado de consultar Ferreira de Castro sobre a possibilidade de lhe ser conferido o Prêmio Mundial da Paz. Contava com o prestígio do romancista para que pudesse romper o cordão de isolamento que a polícia política estabelecia em meu redor, mas não confiava demasiado, o salazarismo não era de brincar em serviço. Daquela vez brincou. Ou apenas quis utilizar o jantar como uma trampa para identificar, confirmar, observar inimigos do regime capazes de audácia tal, temerários?

Imagine-se minha surpresa e minha comoção ao deparar-me na sala de trânsito não só com o autor de *A lã e a neve*: vários escritores portugueses – alguns rostos conhecidos, a maioria conhecida só de nome – ali me esperavam para saudar e abraçar o companheiro com entrada proibida em Portugal. Sentaram-me ao centro da grande mesa, de um lado Ferreira de Castro, na cadeira

⁵⁸ TCHEN, Adelaide Ginga. *Surrealismo e Revolução*. Estudos do Século XX, nº 1 – 2001: p. 41-58.

⁵⁹ Cf. ROSAS, op.cit., p.402-406.

do outro lado iam-se revezando os demais, um de cada vez, para duas palavras de afecto. Rápida hora de exaltação, ninguém comeu os manjares servidos, era outro o alimento com que se alimentavam a luta e sonho.

Admiro-me a quantidade dos fotógrafos, acionam as câmaras sem parar, insistindo em registrar todas as presenças, comento com Alves Redol.

- Muitos fotógrafos, hein...

- Um é nosso, os outros são da PIDE – me explica⁶⁰

Devido à sua postura e ao prestígio de que gozava, tanto em Portugal como no exterior, um grupo de oposição, representado por Armindo Rodrigues e Orlando Gonçalves, convida-o, em 1958, a se candidatar à Presidência da República. Ferreira de Castro recusa o convite, alegando não ser capacitado⁶¹ para tal. Sobre esse episódio, Ricardo António Alves insinua que houve influência do PCP na proposta⁶²: “Também entre Ferreira de Castro e o PCP se verificaram aproximações e distâncias. Digamos, para sermos precisos, ter ido a direcção comunista ao encontro do escritor, porque este se mantinha no mesmo sítio”⁶³.

Ferreira de Castro recusa o convite, porém, sua atitude em relação à Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) é diferente. Tendo sido, em 1954, um dos fundadores da SPE, ao lado de Aquilino Ribeiro, o escritor foi eleito presidente da instituição por unanimidade, em 1962, para mandato de dois anos. Em 1965, já sob a presidência de Jacinto do Prado Coelho, a SPE foi dissolvida pelo Governo facista, após ter concedido o prêmio de novelística a Luandino Vieira pelo seu livro *Luuanda* (1963). Mesmo não sendo mais o presidente, o escritor apoiou a concessão do prêmio.

Ferreira de Castro foi um intelectual atuante num contexto adverso, utilizou sua influência, pois era o autor português mais traduzido na época, para denunciar o regime salazarista e os problemas internos do país. Politicamente, sua escrita não só revelou a realidade da exploração e da injustiça social, pela engrenagem do sistema capitalista, como trouxe para algumas de suas mais emblemáticas narrativas uma perspectiva de conscientização e de mudança social.

⁶⁰ AMADO, Jorge. “Lisboa, aeroporto, 1953 – o jantar”.

<http://www.apnljfc.pt/visoes/jorgeamado.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2010.

⁶¹ Cf. BRASIL. op. cit, p. 151.

⁶² Cf. ALVES, op. cit., p.151-152.

⁶³ Ibidem.

Em coerência com esse perfil de intelectual engajado, é necessário trazer à análise um de seus romances mais potentes, política e artisticamente: *A lã e a neve*.

4.3 Romance-testemunho

Fim último da literatura, distinguir no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, quer dizer, uma possibilidade de vida.

Gilles Deleuze

Para a confecção do romance, Ferreira de Castro teve como inspiração as greves dos operários das fábricas têxteis que ocorreram no ano de 1941, na Covilhã, uma região da Serra da Estrela, em Portugal, onde há oito séculos a lã é a atividade econômica principal. Com o processo de industrialização no país, ocorrido no século XX, muitas fábricas são criadas na região e a produção, que tinha se iniciado artesanalmente através das manufaturas, que constituíam uma tradição familiar, é absorvida pelas fábricas, pois os trabalhadores, não podendo concorrer com as máquinas velozes, tiveram que vender sua mão-de-obra para os grandes industriais, alguns abandonando também a atividade pastoril. Como testemunho desse fenômeno sócio-econômico moderno e explorador dos trabalhadores, Ferreira de Castro escreve a narrativa ficcional *A lã e a neve*.

Por meio da releitura desse fato histórico, o escritor, já maduro, cria um dos seus livros mais bem construídos, mostrando pleno domínio da articulação entre denúncia social e elaboração literária. Para Óscar Lopes, a narrativa da vida dos trabalhadores da Beira Baixa “contém algumas das situações mais representativas do novo realismo social⁶⁴”.

Segundo Fernando Rosas, as greves da Covilhã foram marcadas por fortes manifestações com “ocupações de instalações pelos grevistas [...], choques violentos”⁶⁵ e muitas prisões. Rosas destaca ainda que alguns empresários estavam dispostos a conceder os aumentos, mas por imposição do governo, que

⁶⁴ Lopes, ÓSCAR, A. J. SARAIVA. *História da Literatura Portuguesa*. Porto Ed: Porto, 2001, p.1026.

⁶⁵ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*. *História de Portugal*, Sétimo Volume, Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p.354.

não admitia abrir mão da política de congelamento salarial, a medida é vetada. O historiador também ressalta que o salazarismo silencia através da censura, da prisão e condenação dos envolvidos, os acontecimentos da Covilhã, por encarar a punição como uma forma de manter a “ordem pública”⁶⁶.

Nessa época, Ferreira de Castro já era um escritor consagrado, sobejamente traduzido e com situação financeira estável. Portanto, o romance não está conectado a uma experiência de vida – tal como em *A Selva* – pois o escritor, apesar de filho de camponeses, já estava fora do ambiente rural há anos. Assim, era preciso observá-lo de perto para dar veracidade ao seu testemunho. No que tange ao ambiente fabril, Castro sempre teve contato com operários e suas dificuldades, desde a sua adolescência em Belém do Pará, mas, efetivamente, nunca foi um operário.

Como um intelectual que deseja dar estatuto literário à vida do outro, que socialmente ocupa uma posição bem diferente da sua, Ferreira de Castro precisava observar os fatos, perscrutando os aspectos da vida desses trabalhadores. Antes de tudo, Ferreira de Castro acreditava que sua arte tinha como objetivo colaborar para a transformação da sociedade de seu tempo, tornando-a mais justa e igualitária.

Como realizar tal projeto? Na visão do autor seria por meio da busca de temas – “caminhos não trilhados”⁶⁷ – que pudessem ser elaborados de modo a testemunhar os gargalos sociais presentes tanto na sociedade portuguesa como na brasileira, ou em qualquer outra. Há na literatura castriana uma preocupação constante em analisar a condição humana do “existir” e, simultaneamente, do “não-ser” ou não poder “vir-a-ser” em potência por causa de fatores criados pelo próprio homem, que não deixa a existência fluir.

Para escrever *A lã e a neve*, o autor fez várias visitas, durante o tempo necessário à sua pesquisa, às proximidades da Serra da Estrela. É lá que entra em contato com a forma precária da vida de pastores e operários da Covilhã, descrita nas páginas do romance. A partir delas, o leitor visualiza a miséria em que viviam

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ COELHO, Nelly Novaes. *Encontros com Ferreira de Castro*. <<http://www.apnljfc.pt/visoes/nellycoelho.htm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

esses trabalhadores durante o fascismo português, que tentava fixar uma imagem de Portugal diferente daquela que existia.

Eduardo Lourenço, em artigo chamado “Portugal – Identidade e Imagem” (1994), explicita esse *modus operandi* que o salazarismo tentava inculcar nas mentes dos portugueses:

Foi no mesmo período que outra facção da ‘intelligentsia’ nacional construiu uma imagem idealizante e *idílica* da realidade portuguesa, que Portugal se tornou para si mesmo e em parte se exportou como ‘*jardim da Europa à beira-mar plantado*’, reserva bucólica de uma Europa em acentuado processo de *urbanização* de técnica e tecnicismo.

Portugal tornou-se então uma espécie de *aldeia* orgulhosamente feliz na sua marginalidade, na sua diferença. As estratégias do inconsciente para não se perder pé na realidade são sempre as mesmas. O Portugal de Salazar foi uma espécie de equilíbrio, precário em si, mas longamente cultivado, entre modernização exterior e ruralização espiritual, sem poder evitar que a primeira destruísse, na raiz, as condições de perpetuação da segunda.⁶⁸

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro aborda as dificuldades dos camponeses e do proletariado, colocando em evidência a crueldade das relações de produção e as condições precárias em que viviam, contribuindo para a desmistificação da imagem de Portugal como o “jardim da Europa”, o que contrariava, esteticamente, a “política de espírito” do regime fascista, a qual Adelaide Ginga Tchen, em seu livro *A Aventura Surrealista* (1997), definiu com acuidade e alguma ironia:

Pretendia-se que a população no seu todo, sem esquecer a grande massa rural de forte percentagem iletrada, se sentisse agradada e vivesse alegre, e, a par, fazia-se subtilmente a inculcação dos valores e princípios pelos quais os espíritos individuais se deveriam guiar, numa vereda orgulhosamente patriótica com elevado sentimento nacionalista, e compreendendo que deveriam manter a fé e a esperança na clarividência de quem superiormente regia o futuro, tornando mais fácil o “mandar” e o “obedecer”.⁶⁹

⁶⁸ LOURENÇO, Eduardo. “Portugal – Identidade e Imagem”. In: *Nós e a Europa ou as duas razões*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p.20-21.

⁶⁹ TCHEN, op. cit., p.49.

O romance veio a público em 1947, dois anos após a célebre entrevista ao *Diário de Lisboa*, já mencionada, e ainda no período do pós-guerra, no qual Salazar decide mascarar os aspectos mais tenebrosos do seu regime, pois vinha sendo constantemente pressionado pela opinião pública internacional.

Apesar desta pretensa abertura, os atos de censura não cessaram. Pedro Calheiros estranha o fato de *A lã e a neve* não ter sido censurado pela PIDE, tendo em vista que outros escritores o foram, e tece algumas suposições para tal. O autor destaca entre as possíveis razões a capa de Jorge Barradas, que possui “algo de remansoso e de bucólico”⁷⁰, e o sucesso internacional conquistado por Ferreira de Castro, que alcançara o “estatuto de intocável”:

Talvez o regime, com bastante pragmatismo e conhecimento dos mecanismos do sucesso artístico, e de todo o sucesso político ou mediático, tenha achado que era a melhor forma de não contribuir ainda mais para o incremento dessa irradiação nacional e internacional. Como maus católicos que eram, ou como bons que diziam ser, sabiam por demais que o fruto proibido é o mais apetecido.⁷¹

O romance é dividido em três partes: “Os Rebanhos”; “Lã e Neve” e “A Casa”. Estas partes dão uma dimensão do projeto do livro que o escritor queria realizar. Na primeira parte, focaliza a vida difícil de pastor do protagonista; depois, sua migração para a cidade fabril da Covilhã, onde teria a oportunidade de entrar em contato com conflitos entre patrões e trabalhadores e desenvolver sua consciência de classe; por último, a proletarização integral do personagem, que abandona o sonho de ter uma casa somente para si, passando a compreender os outros companheiros e a desejar uma sociedade comunista para a classe trabalhadora.

Três eixos norteadores e complementares, também, guiarão nossa análise do romance. São eles: a imagem da casa que Horácio queria conquistar como reveladora do seu individualismo que devia ceder em prol da coletividade; a

⁷⁰ Cf. CALHEIROS, Pedro, *A Lã e a Neve*. Testemunho corajoso sobre homens ousados, conferência realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal da Covilhã, em 19 de Outubro de 1998, no âmbito das Comemorações do 128º aniversário da elevação da Covilhã a Cidade.

⁷¹ *Ibidem*.

denúncia da violência exercida pelo salazarismo, por referência direta e indireta na narrativa; e o processo de conscientização-proletarização do protagonista.

4.3.1 A casa

Em *A Lã e a Neve* o protagonista é Horácio, pastor desde criança e, por isso, dedicado ao trabalho solitário na serra. No momento em que é convocado para o serviço militar, entra em contato com um mundo totalmente distinto daquele que conhecia. Essa experiência com o ‘novo’ desperta no protagonista o desejo de uma vida melhor:

Ali perto ficava o Estoril. Tu já ouviste falar do Estoril? Aquilo é que é uma terra bonita! É como um jardim a perder de vista. Só te digo que lá até os pinheiros parecem árvores mansas! Nalguns, as roseiras trepam por êles arriba até chegar mesmo aos galhos. E tôdas as estradas são mais limpinhas do que o chão de uma igreja!⁷²

Quando retorna à Aldeia de Manteigas, Horácio está decidido a adiar o seu casamento com Idalina para economizar dinheiro e comprar uma casa “tôda branquinha e com as janelas pintadas de verde” (p. 15), desejando que esta fosse “asseada e alegre” (p.15). Ao constatar que a vida de pastor não lhe propiciaria a realização de seu sonho, resolve empregar-se como operário. Com a colaboração de seu amigo Manuel Peixoto, cujo irmão, Mateus, trabalhava numa fábrica, Horácio consegue uma vaga de aprendiz, normalmente ocupada por garotos, mesmo já tendo passado dos 20 anos. O pastor, em busca do sonho de construir sua casa, vai para Covilhã trabalhar nas fábricas têxteis. Com o passar dos anos, é promovido a tecelão, mas o salário ainda era insuficiente para economias. Diante disso e do medo de perder Idalina, Horácio decide casar. Sua esposa, a fim de ajudá-lo nas despesas, também se torna operária e ambos vão morar num bairro operário, alugando uma casa velha e sem latrina.

⁷² CASTRO, Ferreira. *A Lã e a Neve*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória. 1954, p.14. Todas as demais citações desta obra referem-se a esta mesma edição e serão indicadas pelos números das páginas no corpo do texto.

O pórtico do livro já antecipa as razões que movem a luta desses homens: “O homem viera para ali há séculos, mas poucos tinham sido e poucos eram ainda os que levantavam o seu *abrigo de granito* nos sítios mais propícios” (p.7, grifo nosso). A imagem da casa perpassa as três partes do romance e, como ressaltou Álvaro Pina, no livro *Liberdade e Subjetividade no Realismo* (1983), é um “potentíssimo foco de avaliação estética”⁷³ das condições sociais dos trabalhadores da narrativa, pois ela reforça o contraste entre a miséria dos operários e camponeses em detrimento de uma classe rica que possuía mansões no Estoril e que estava ligada diretamente ao governo fascista. A impossibilidade de ter uma casa põe em evidência o massacre sofrido pelos pobres nas relações sociais capitalistas agravadas pela participação do Estado Novo, ao qual Fernando Rosas chamou de “o ciclo autoritário do capitalismo português”⁷⁴.

As imagens das casas dos pobres ou daquela que Horácio desejava para si, por todo o romance, são descritas com adjetivos que reforçam a atmosfera de escuridão e agem em várias vertentes:

Primeiro, funcionam para evidenciar a diferença e reforçar o abismo existente entre ricos e pobres numa sociedade capitalista, isto é, a distância entre classes antagônicas: “A luz parecia desprender-se, como um véu, da imensurável cavidade, deixando ainda vermelha a telha francesa das casas abastadas, enquanto os negros telhados dos pobres se somavam já à escuridão que avançava” (p.19).

Em segundo, ajudam o entendimento do leitor em relação ao despertar do olhar de Horácio para uma realidade nova, pois, percebe-se que o protagonista quer conquistar sua ‘casita’, mas o sistema capitalista tira-lhe essa possibilidade: “Agora, depois de haver resolvido assim, sentia o coração oprimido ao pensar que se lhe ia a casita que êle sonhara” (p.104).

Em terceiro, porque trazem à perspectiva do leitor uma crítica indireta ao Estado Novo, pois sempre há no romance, quando o narrador descreve os lugares pobres ou, até mesmo, a região da Serra da Estrela e a Covilhã, uma espécie de

⁷³ PINA, Álvaro. “Ferreira de Castro: *A Lã e a Neve*. Avaliação Estética e Ponto de Vista na Representação das Relações Sociais”. In: *Liberdade e Subjetividade no Realismo*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 1983, p.90.

⁷⁴ ROSAS, op.cit., p.10.

‘sombra’ que ronda a tudo e a todos funcionando duplamente na narrativa, como uma conotação, talvez, do próprio ambiente de censura que o país estava mergulhado: “Nos topos da serra ainda havia rósea claridade, mas, cá em baixo, boiavam sombras cada vez mais densas” (p.19); e ainda como uma agravante da miséria em que viviam os pobres, reforçada pelas políticas públicas do Estado Novo: “As casas negregosas, velhentas, colavam-se umas às outras, com a parte inferior de granito escurecido pelo tempo e a parte cimeira com folhas de zinco enferrujadas a revestirem as paredes de taipa, mais baratas de que as de pedra” (p.22).

A trajetória de Horácio guia a narrativa. Por meio de sua história, o narrador direciona o leitor a associar o sonho da casa própria às mansões do Estoril, pertencentes aos ricos que recebiam suporte da administração fascista: “... poucas casas haviam ali que se comparassem com algumas do Estoril, mas, enfim, tomara êle ter uma daquelas” (p.131). Com efeito, o leitor é encaminhado a um processo de avaliação crítica da sociedade portuguesa da época, a partir do reconhecimento do abismo existente entre as classes sociais⁷⁵: “Quase todas as casas grandes da Covilhã são de industriais” (p.131).

Ao escolher um homem do povo como protagonista, o autor busca representar não apenas um indivíduo, o que significa que há um alargamento da dimensão arquetípica do personagem, para que a classe trabalhadora que ele espelha possa se identificar com a sua vida, sua luta e seu processo conscientização.

A realidade social em *A lã e a neve* é marcada, inevitavelmente, pela impotência do protagonista em face de todos os seus esforços de ordem física – trabalhando todos os turnos, sendo o de treinamento sem remuneração, para conseguir a promoção de tecelão – e econômica: cortando os cigarros, adiando o casamento, usando as mesmas roupas, sem divertimento, dentre outras privações, na tentativa de juntar dinheiro para comprar a casa. Ao assinalar essa imagem de trabalhador incansável que não pode realizar-se, o escritor põe em xeque a situação da classe trabalhadora que também não o pode. Por isso, Horácio teria

⁷⁵ Cf. PINA, loc. cit.

que perceber e compreender que não adiantava acontecer apenas a sua promoção, mas a da classe trabalhadora.

Quando, por fim, é promovido a tecelão, o dinheiro não sobra do mesmo jeito, os preços aumentavam sem parar por causa da guerra e os salários permaneciam congelados por medida do governo, o protagonista começa, então, a se dar conta da existência de forças sociais maiores que o impediam de realizar o seu intento:

Tornava a sentir-se infeliz, com a idéia naquela casita em que tanto pensara e que êle conhecia por dentro e por fora, em todos os seus aspectos, como se já a houvesse construído, como se já a tivesse habitado. Mas a casa aparecia-lhe, agora, distante, mais distante do que essas que êle tinha visto à beira do Tejo, na linha de Cascais, quando ele andava na tropa. (p.205)

Se o protagonista já tinha provas suficientes da sua pobreza e da impossibilidade de conseguir seu teto próprio com o salário de operário, resta-lhe ainda a esperança na promessa do governo de construção de casas para os operários. No entanto, Horácio se decepcionaria mais uma vez com o sorteio de meia dúzia delas, percebendo o verdadeiro significado das palavras de Tramagal, seu colega de trabalho: “Ou casas para todos ou para ninguém” (p.297).

4.3.2 O controle

Ferreira de Castro toma a linguagem em *A lã e a neve* como base para estabelecer uma estratégia verossímil de denuncia da realidade social de Portugal. No seu livro, a linguagem apresenta-se como um trunfo do romancista, quer trabalhada no rigor formal, quer no seu sentido inteligível, como podemos notar no diálogo entre Horácio e Marreta, no qual discutem a respeito da substituição do último:

– Por mim, não lhe tiram o seu lugar, pode vossemecê estar descansado. Antes queria que me quebrassem os braços do que tomar-lho.

– Não mo tomas; dão-to – disse Marrêta, lentamente. – Não tens razão para falar assim. Se não to derem a ti, dão-no a outro e é a mesma coisa. E, então, eu prefiro que o dêem a ti, que és meu amigo. (p.315)

Essa função social da literatura encarada pelo escritor é exercida quando utiliza a sua prosa para focalizar problemas sociais do seu tempo e espaço. Para tanto, Ferreira de Castro deseja que seu texto seja compreensível a qualquer esfera social, principalmente aos trabalhadores que o autor desejava atingir. Além disso, não se pode esquecer que a própria linguagem já está marcada, inevitavelmente, por uma realidade social. Essa afirmação está intimamente ligada à concepção de linguagem do crítico marxista Raymond Williams, exposta em seu livro *Marxismo e Literatura* (1979):

A linguagem não é só meio puro, através do qual a realidade de uma vida ou a realidade de um evento ou de uma experiência, ou a realidade de uma sociedade, pode “fluir”. É uma atividade socialmente partilhada e recíproca, já incorporada nas relações ativas, dentro das quais todo movimento é uma ativação do que já é partilhado e recíproco, ou pode vir a sê-lo.⁷⁶

Sendo a linguagem não apenas um meio, mas “um elemento material constitutivo da prática social material”⁷⁷, ela agrega os conteúdos da realidade social, pois “os pensamentos existem antes da linguagem e são então expressos através desse ‘meio’”⁷⁸. Sendo assim, podemos observar como Ferreira de Castro estabelece, mediante a linguagem utilizada em seu romance, formas de desmistificação de determinadas imagens e mitos propagados por instituições socialmente constituídas como lugares de poder, que gozavam de prestígio e capital, como a Igreja Católica. Como explicou Fernando Rosas, Salazar era a figura mais destacada do Centro Católico, sendo de grande importância para a sua governabilidade a ajuda da Igreja e das Forças Armadas⁷⁹. Observemos a cena em que o Vigário incentiva Horácio a permanecer como pastor:

⁷⁶ WILLIAMS, op. cit., p. 166.

⁷⁷ Idem, p.165.

⁷⁸ Idem, p.159.

⁷⁹ ROSAS, op.cit., p.174.

– Por que queres deixar a vida de pastor? Uma vida tão bonita, que até os santos gostavam dela e os poetas antigos a cantavam! – A voz do padre tornara-se mais doce, evocativa, como se êle próprio sonhasse: – O céu por cima, o ar livre, o nascer do sol visto de lá do alto... À noite, as estrelas... Não tens visto figuras de pastorinhos, com suas flautas, nos altares e nos presépios? Não há dúvida que os poetas antigos tinham razão! (p.36)

Horácio procurara o pároco para pedir-lhe um emprego e recebe, em troca, apenas um conselho que o exorta à resignação. Como contraponto a esta atitude, o narrador expõe a condição social do padre, indiretamente, através da imagem de sua cozinha:

Mais aliviado do pesadume e com a esperança de novo a bulir-lhe na alma, olhou, enquanto bebia, as prateleiras pintadas de branco, os grandes tachos de cobre areado, para o dia do sarrabulho, as panelas e caçarolas esmaltadas, dúzias de pratos, várias malgas e, ao fundo, o grande fogão, tudo muito em ordem, tudo muito limpo, a bem dizer dos cuidados da senhora Alice. Os olhos fugiam-lhe para aquilo. “Assim é que gostaria de ter uma cozinha. Não precisava de ser tão grande, nem com tantas coisas, nem com tanto luxo, mas assim aseada como a do senhor vigário, que era mesmo um gosto vê-la”. (p.37)

Mais adiante, quando Horácio está na serra, dormindo ao relento, exposto ao frio e sem qualquer conforto, a narrativa, por meio de um *insight* do pastor, retoma o conselho do padre para desmistificá-lo: “O vigário não era homem que mentisse. Se lhe dissera aquilo, é porque aquilo era verdade. Mas, com certeza, os pastores antigos não eram iguais aos de hoje, senão os santos e os tais poetas não iam gostar da vida deles” (p.85).

O romance é um testemunho da vida das classes populares, camponeses e operários que sofriam a opressão do sistema capitalista, do sistema político e das instituições que tinham poder e propagavam mitos, representando experiências de grande significado para as classes trabalhadoras portuguesas e conscientizando os leitores. Castro sabe que a História é construída pelos homens, que podem modificar o curso dos acontecimentos, transformando-se a si mesmos, mediante as suas experiências, e ao mundo pela tomada de consciência, que pode ocorrer no contato com a experiência artística e a obra literária.

Para Urbano Tavares Rodrigues, em *A Lã e A Neve* “já se desenha aquilo a que se pode chamar a acção através da literatura. Ou seja, o desejo de que esta, sendo a expressão e a tentativa de reproduzir uma realidade social, cultural, afectiva, se torne também arma de combate”⁸⁰.

A linguagem no romance castriano se torna arma de combate, principalmente, ao estado de opressão exercido pelo fascismo sobre os escritores e cidadãos, por isto, a narrativa também enforma diversos pontos da política fascista como o congelamento dos salários numa época de grande inflação durante a Segunda Guerra Mundial: “os industriais haviam declarado ser-lhes impossível atender as reivindicações. Que tivessem paciência, mas eles não podiam elevar os salários, porque o gôverno continuava a não lhes permitir elevar o preço dos tecidos” (p.256).

José Hermano Saraiva, em a *História Concisa de Portugal* (1996), diz que durante o Estado novo o “repovoamento florestal”⁸¹ ganhou uma grande extensão para o governo. *A lã e a neve* também se depara com essa dimensão da política do salazarismo, evidenciando o contraste entre as difíceis condições de trabalho dos camponeses que “esgotavam a melhor parte da sua vida, primariamente vestidos[...] [e] sumariamente alimentados” (p.87) na serra e a política ambiental. Na aldeia de Manteigas havia uma floresta do governo onde era proibido o desmatamento, a população então, se quisesse plantar seu centeio ou levar as ovelhas para se alimentarem, tinha que subir a serra e passar lá dias ou meses ao relento. Quando há um incêndio na mata a mando do Valadares – pequeno proprietário rural –, o personagem Jerônimo Latoeiro, já velho e cansado da labuta, explicita sua crítica à política do governo:

– Vocês são uns estúpidos! Uns estúpidos chapados! Por que estamos aqui, por que é que não temos centeio e pastos junto de casa? [...] Agora temos de dormir ao relento, se queremos ter alguma ovelha ou pão. E ainda vocês querem acudir! Que o diabo leve tôdas as florestas! Tôdas! Quando

⁸⁰ Cf. RODRIGUES, Urbano Tavares. *Ferreira de Castro, o realismo social e a dignidade humana*. Intervenção proferida na Sessão de Homenagem a Ferreira de Castro promovida pela ARE em 26-11-1998.

⁸¹ SARAIVA, op.cit.; p.367.

vocês forem velhos e começarem a berrar com dores de reumatismo, como eu, pelas noites que tive de passar fora de casa, já não pensam assim... (p.99)

Encontramos ainda no romance referências diretas à repressão exercida pelo Estado e sua PIDE – polícia política – durante a greve dos operários da Covilhã. O governo tinha como lema do seu corporativismo capitalista a seguinte frase: “só o bom entendimento entre operários e patrões conduz ao equilíbrio social”⁸². Entretanto, esse entendimento acontecia entre os proprietários e as instâncias superiores do Estado Novo, este último exercendo uma intervenção arbitral nos sindicatos dos trabalhadores, proibindo, inclusive, as greves.

Se as greves eram proibidas pelo governo, o personagem Tramagal, operário em *A lã e a neve*, dispara contra a imposição do Estado Novo: “– Também havia de ser proibido deixar-nos morrer de fome – e não é!” (p.223). Também, indo além, a voz do narrador explicita a época repressiva e de pouca liberdade para o movimento sindical: “... em tempos livres, se gritara, muitas vezes que todos os homens eram irmãos e a riqueza social a todos pertencia” (p.288).

No romance, vemos a referência à ação da polícia política que, de forma articulada e a dispor de seus mecanismos de inteligência, consegue descobrir a organização da greve e prende os seus líderes, desarticulando o primeiro comitê dos trabalhadores, antes mesmo do início da paralização: “Desde manhã todos os operários sabiam que a polícia havia metido os presos numa camioneta, conduzindo-os, primeiro, para Castelo Branco e, dali para a capital” (p.248).

Levar os prisioneiros à capital possui grande simbolização, pois era em Lisboa que ficava a sede da PIDE, mais do que isso, a fala de Ricardo, um dos líderes do movimento, expõe a ação dos investigadores da polícia política que queriam saber se o movimento da Covilhã era liderado por alguém de Lisboa e, portanto, se estava articulado com os líderes de oposição da capital:

⁸² Cartaz do governo no qual, além do lema, pode-se ver duas balanças, de um lado, um trabalhador com uma pá nas mãos e, do outro lado, um patrão sentado numa mesa de escritório. In. ROSAS, op. cit.; p.247.

– Bem, êles teimavam, tôdas as vêzes. Parece que pensavam que havia outra coisa e queriam saber quem estava metido nela. Queriam saber também se não havia gente de Lisboa que nos dava ordens... Eu fartava-me de dizer que não, que nós tínhamos feito aquilo porque tudo estava caro e o que recebíamos de fêria não chegava para nada. (p.308)

Para acabar com a greve, o governo usa sua inteligência, cortando os meios que os operários ainda encontravam para sobreviverem sem o salário. Muitos para conseguirem se alimentar penhoravam objetos pessoais, como cobertores e roupas. Por ordem da polícia, as casas de penhores são proibidas de emprestar dinheiro aos grevistas (p.258). No entanto, a agravante e determinante para o fim da greve é a prisão do segundo comitê dos trabalhadores e o uso da força como meio de persuasão, tendo em vista que na narrativa não há confronto entre manifestantes e a polícia: “...haviam chegado mais soldados, mais metralhadoras. Viam-se, agora, armas em todos os lados da praça.” (p.253)

4.3.3 A proletarização

Horácio parte da aldeia de Manteigas para a Covilhã após os seus 20 anos de idade, destes, muitos foram gastos na atividade pastorícia, desde sua infância, na qual ficava meses na serra pastoreando ovelhas e produzindo queijos para seu patrão, quase sempre solitário. Quando, por fim, resolve virar operário e buscar melhores condições de vida, sua concepção de mundo ainda mantém-se ligada, diretamente, ao trabalho que exercia. Por isso, a narrativa castriana se depara com um personagem individualista e pouco habituado ao convívio em grupo. Para dar a ele a oportunidade de desenvolvimento da sua consciência de classe, o escritor opta por fazê-lo migrar para a cidade e por transformá-lo em operário, para que ele aprendesse com o convívio dos ‘camaradas’ que era possível não pensar apenas numa casa para si, mas numa sociedade igualitária para todos.

A narrativa castriana está embebida no ideário marxista de construção de uma nova sociedade, pois o escritor opta pela transformação de um camponês em operário – para Marx só o proletariado poderia realizar a revolução – fazendo-o migrar para a cidade, onde estavam as indústrias e os proletários – sujeitos e objetos da história. Marx e Engels não desprezavam o campesinato e os artesãos,

que eram considerados membros de uma classe intermediária, porém acreditavam que estas classes intermediárias só se tornavam verdadeiramente revolucionárias quando abandonassem o seu ponto de vista e aceitassem o ponto de vista do proletariado, que segundo os filósofos, era uma classe, inerentemente, revolucionária⁸³.

No contato com os operários da fábrica, Horácio conhece Marreta – um tecelão experiente, esperantista, vegetariano e leitor de livros proibidos – e estabelece com ele uma amizade. Dessa forma, o operário mais experiente passa a orientá-lo no mundo fabril e, paulatinamente, Horácio vai aprendendo a ter uma compreensão crítica da sua condição social.

Marreta, como um dos trabalhadores mais instruídos, tem a consciência de que só através da união dos trabalhadores seria possível conquistar melhorias para a classe. Dessa forma, figura como o líder revolucionário na narrativa, organizando reuniões com os colegas em sua casa para que, juntos, lessem os livros proibidos, sem que isso chegasse ao conhecimento dos patrões e dos agentes do governo.

[A] quadrazita que Marrêta habitava enchia-se de operários quase tôdas as noites. [...] numa catequese que ele exercia há muito tempo já. Muitas vêzes Horácio ouvia-o referir-se a um mundo que viria, um dia, um mundo onde não existiriam nem pobres, nem ricos, nem grandes, nem pequenos – e onde todos teriam tudo quanto carecessem para viver sem apoquentações. Sempre a conversa ia para aquêlo ponto. Se se falava de alguém que fôra despedido, de falta de luz nas casas e de lugares no Albergue, de pai que não tinha pão para os filhos, de pessoa que andava esfarrapada ou pedia esmola, sempre se falava desse dia em que tudo isso acabaria e os homens seriam mais felizes.(p.143)

Devido à sua idade avançada, o tecelão reconhece que precisa de alguém para substituí-lo. Apesar de nunca dizê-lo, deduz-se de suas atitudes, principalmente ao compreender o individualismo de Horácio, que ele é o escolhido: “Não nasceste em casa de operários e só agora começa a trabalhar nas

⁸³ Ver SLOVOJ, Zizek. “History and Class Consciousness to The Dialectic of Enlightenment... and Back”. *New German Critique* nº 81, p. 107-123, 2000.

fábricas. Era pastor e isso é muito diferente. Os pastores parece que vivem no fim do mundo” (p.146).

Por meio desse convívio, Horácio vai mudando a sua visão de mundo. Inicialmente, desejava uma promoção individual para realizar o seu sonho, mas à medida em que a trama evolui, passa a aspirar a uma promoção coletiva para a classe trabalhadora. É o que nos lembra Álvaro Pina, quando afirma que Horácio passa a “seguir outros valores, não de esforço individual e individualista, fechado sobre si mesmo, mas de solidariedade com os demais operários, de luta contra as circunstâncias que os amarram à miséria, de resistência às forças que os oprimem”⁸⁴.

Como afirmou Mário Dionísio, em crítica publicada na revista *Vértice*, em 1947, após o lançamento do romance, a arte, em *A Lã e a Neve*, funciona como arma de denúncia e conscientização:

A Lã e A Neve é o romance dos tecidos e daqueles que os fabricam, a história da lã desde a criação da ovelha à exportação do tecido, do nascimento à morte, daqueles que o fabricam e não têm cobertores para a cama no impiedoso inverno da serra. É um quadro pungente que levará os seus leitores a pensar e a sentir pulsar o coração pela sorte do seu semelhante, um belo livro em que a arte aceita, sem abastardamento e em cheio, o seu nobre predicado de ser útil.⁸⁵

Raymond Williams, em livro mencionado, afirma que “a literatura, embora possa ser outras coisas, é o processo e o resultado de composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua”⁸⁶. De acordo com o teórico, a literatura atinge uma “ressonância nova”, embora não especializada, durante o período do Romantismo. Isso só viria a ocorrer depois, por meio do embate com a ordem capitalista industrial. Desse choque surge a consciência prática da literatura:

⁸⁴ PINA, Idem, p.87.

⁸⁵ Mário Dionísio, "A Lã e a Neve por Ferreira de Castro", in *Vértice*, vol. IV, n.º 47, Coimbra, Agosto de 1947, p. 302.

⁸⁶ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 51.

Quando essa aplicação foi finalmente feita, na tradição marxista posterior, foi de três espécies: uma tentativa de assimilação da “literatura” à “ideologia”(...); uma inclusão, efetiva e importante, da “literatura popular” – a “literatura do povo” – como uma parte necessária, mas negligenciada, da “tradição literária”; e uma tentativa continuada, mas irregular, de relacionar “literatura” com a história econômica e social dentro da qual ela havia sido produzida.⁸⁷

Nesse sentido, a obra de Ferreira de Castro se destaca, na medida em que ele não visava apenas à apreciação das *belles-lettres*, mas uma conjunção entre o fazer literário e a prática de intervenção do intelectual que deseja denunciar as injustiças sociais e descortinar horizontes de mudança nas relações sociais, transformando o mundo em que vivia. Izabel Margato, analisando a obra de José Cardoso Pires, lembra-nos que “... em muitos casos a obra de um escritor pode revelar-se também como um pronunciamento, um ato de intervenção e interpelação face à realidade social e política”⁸⁸. Desta forma, a obra de Ferreira de Castro está voltada a descortinar a vida daqueles cuja força de trabalho serve apenas de engrenagem temporária para o sistema, sendo simplesmente descartada depois de consumida.

Em *A Lã e a Neve*, esse processo ocorre com vários idosos, inclusive com Marreta. O velho operário, desgastado pelas longas jornadas de trabalho a que fora submetido durante toda a vida, já não produzia com a mesma agilidade de antes, o que, segundo a lógica capitalista, consiste em razão suficiente para sua dispensa e substituição por força de trabalho nova. Como a soma da “aposentadoria” que passa a receber é ínfima, Marreta vende seus cobertores e passa a morar num asilo para operários aposentados, onde passa frio e fome, pois, sendo vegetariano, não tinha sequer condições de comprar as suas batatas, morrendo pouco tempo depois.

Marreta é o símbolo do operário que se submeteu ao sistema por falta de opção e que, apesar de culto e instruído, sucumbe diante da avassaladora lógica capitalista que expropria o ser humano ao último grau de degradação.

⁸⁷ Idem, p. 57.

⁸⁸ MARGATO, Izabel, Renato Cordeiro Gomes Organizadores. “O Intelectual em tempos difíceis”. In: *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 154.

A Lã e a Neve, tal como *A Selva*, é uma narrativa que se quer exemplar e, ao mesmo tempo, útil. Ao fim do romance é impossível que o leitor não se emocione com a luta de Horácio em busca da realização de seu sonho. Eneida Leal Cunha, em seu ensaio “Jubiabá: leitura em duas vertentes” (2000), toma o romance de Jorge Amado como um modelo de história exemplar, uma vez que rompe com “contingências típicas do romance moderno”, para tornar o livro legível ao “seu destinatário, o povo”, oferecendo-lhe condições de entrar em contato com as questões sociais de sua época:

A autoridade e a confiabilidade do discurso são programaticamente necessárias ao escritor pelos seus compromissos ideológicos e partidários de então. Nessa perspectiva, a missão social e política da arte é inquestionável, e, conseqüentemente, a literatura não deve apenas expor uma realidade, deve também explicá-la e colaborar na grande tarefa de alterar-lhe o curso.⁸⁹

Ferreira de Castro não possuía, formal ou explicitamente, um compromisso partidário. O seu engajamento, como afirmava, era com os “deserdados” socialmente. Ainda assim, compartilha com Jorge Amado o desejo de colaborar para a transformação social, mantendo sua produção artística fiel a esse princípio. Na convivência com o amigo brasileiro, Castro dividia planos e conselhos sobre projetos, como observamos em carta de Jorge Amado, de 10 de setembro de 1934, solicitando a opinião do amigo sobre o projeto de *Jubiabá*:

Venho de passar quatro meses na Baía, recolhendo um resto de material para um romance sobre negros. Chamar-se-á *Jubiabá*, nome de um macumbeiro de lá e espero fazer um livro forte, fixando nas duas primeiras partes – *Baía de Todos os Santos* e – *Grande Circo Internacional* [...]. A terceira parte – *A greve* – será a visão da libertação integral do negro pela sua proletarização integral. Que acha v. do plano?⁹⁰

[...]

Mande dizer o que v. está fazendo. Qual o livro que o preocupa no momento? V. tem um grande público aqui no Brasil. Aliás porque v. não envia pro *Ariel* uma nota sobre a nova literatura de Portugal? *A revolucionária* especialmente. Será que v. está sozinho aí? Aqui há um certo movimento intelectual que está fazendo alguma coisa. O público nos apóia intensamente.

⁸⁹ CUNHA, Eneida Leal. “Jubiabá: leitura em duas vertentes”. In: *Bahia, a cidade de Jorge Amado*. Org. Mirian Fraga. Salvador: FCJA/Museu Carlos Costa Pinto, 2000, p.134.

⁹⁰ AMADO, Jorge. In: ALVES, p.175.

Compra nossos livros. A crítica, é natural, se divide em descomposturas e elogios. [...] ⁹¹

A proletarização integral também ocorre com Horácio à medida que entra em contato com o sofrimento de seus companheiros e com os livros “sem capa” (p.145) – referência aos livros marxistas e anarquistas, proibidos pelo Estado Novo –, percebendo, então, que de nada adiantava ganhar uma das casas sorteadas pelo governo se seus companheiros permanecessem nas mesmas condições.

O destino de Marreta, como o de outros idosos que morrem de frio e o exemplo da morte de Ravasco, demitido sem nenhum direito trabalhista por ter câncer na bexiga, são fatos concretos que servem para consolidar a consciência de classe do protagonista ao passar pelo seu crivo que aquele também seria o seu fim. Daí em diante, interessa-se em continuar a missão de Marreta, compromete-se com a luta ao lado dos camaradas e percebe que o mundo melhor só poderia chegar a partir da transformação radical de suas estruturas:

E voltou a sentir-se menos abandonado do que quando vira, momentos antes, enterrar Marrêta e muito menos do que quando, há anos, entrara para fábrica. Parecia-lhe que uma secreta fôrça, que êle desconhecia quando viera para ali, partia dos outros para êle e dêle para os outros – ligando-os a todos e dando-lhes, com novas energias, uma nova esperança. (p.361)

Com o nascimento do filho de Horácio, Joanico, ao final do romance, ressurgem a esperança de que um filho do operariado possa ser a força motriz para a transformação da sociedade, já que seus pais não o conseguiram.

A cena que narra à comemoração dos trabalhadores quando noticiados sobre a queda do ditador italiano Mussolini representa o desejo de transformação do povo português, que só poderia ocorrer com a derrocada do governo fascista e a implantação de uma sociedade comunista:

A alegria que aquela notícia criara prolongou-se por vários dias. E as velhas ansiedades de redenção voltaram a florir mais fortemente, estimuladas,

⁹¹ Idem, p. 176. Grifo nosso [revolucionária]

cada vez mais, por essa propaganda que, emitida em tôdas as línguas e alimentada pela bôca dos estadistas, andava no próprio ar que se respirava, a garantir, sem descanso, um mundo melhor para os que trabalhavam – assim que o inimigo estivesse feito em cinzas. (p.319)

Felizmente, Ferreira de Castro viveu o suficiente para ver o Estado Novo ruir e gritar pelas ruas de Lisboa em 1º de maio de 1974: “Escrever é lutar!”⁹². Infelizmente, não viveu para assistir a concretização da utopia de uma sociedade igualitária. Todavia, demonstrou pela sua postura de escritor, cidadão e ‘humanista’ o quanto a arte pode ser transformada em ferramenta para a construção de um mundo mais justo. Em suas obras, observamos a conjugação de qualidade artística, comprometimento social e desejo de justiça entre os homens.

A referência ao diálogo entre Ferreira de Castro e Jorge Amado induz ainda um comentário final sobre *A lã e a neve*. Se, como foi analisado, no romance *A Selva*, podemos identificar apenas parcialmente aqueles requisitos que Luís Bueno identifica no “romance proletário”⁹³, em *A lã e a neve* é plena a sua expressão. Os três pilares descritos por Bueno se confirmam no romance português: o espírito documental – no qual o autor elege registrar a vida dos trabalhadores da Beira Baixa, trazendo à tona as dificuldades do seu modo de vida e fixando, literariamente, um fato histórico importante para a classe trabalhadora daquele país; o movimento de massa – perceptível na movimentação e mobilização dos grevistas no romance; e o sentimento de luta e revolta – funcionando como um ‘grito’ em favor da classe trabalhadora, explorada e humilhada em sua dignidade humana, sentimento que se traduz no desejo de transformação da realidade efetiva da sociedade portuguesa.

⁹² FERREIRA, José Gomes apud ALVES, op. cit., p.12

⁹³ BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Campinas: Ed. da Unicamp, 2006, p. 207.